



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

MOÇÃO Nº 008/2015

DE REPÚDIO

AO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, AO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, AO SECRETÁRIO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, AO SECRETÁRIO ESTADUAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO E AOS DEPUTADOS ESTADUAIS FAVORÁVEIS AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015;

Autora: Vereadora Anice Nagib Gazzaoui

Vereadores com assento na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, que esta subscrevem, vêm por meio deste instrumento legal, outorgar **MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, AO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, AO SECRETÁRIO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, AO SECRETÁRIO ESTADUAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO E AOS DEPUTADOS ESTADUAIS FAVORÁVEIS AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015**, pela violência praticada contra os educadores e trabalhadores da rede estadual de ensino, durante as recentes mobilizações do órgão representativo da categoria, que pleiteavam ao Poder Legislativo do Estado, no exercício das mais basilares garantias democráticas, a rejeição à proposta de reforma no Paraná Previdência, a ser encaminhada ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária, ao Exmo. Sr. Secretário Estadual da Educação, ao Exmo. Sr. Secretário Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e aos Exmos. Srs. Deputados Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, André Bueno, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cláudia Pereira, Cobra Reporter, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Junior, Felipe Francisquini, Fernando Scanavaca, Francisco Buhrer, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Romanelli, Márcio Nunes, Maria Victoria,



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Mauro Moraes, Miss. Ricardo Arruda, Nelson Justus, Paulo Litro, Pedro Lupion, Plauto Miró, Schiavinato, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach.

A truculência e os abusos cometidos pelos policiais contra trabalhadores, que apenas buscavam evitar retrocessos na previdência, ilustraram os noticiários de televisão e estamparam as manchetes de veículos de comunicação do mundo inteiro. O cenário de guerra engendrado com a autorização do Governo do Estado e o consentimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná, que teve seu ápice no dia 29 de abril, implicou em graves violações ao Estado Democrático, e por isso, requer o envolvimento das instâncias públicas e políticas que zelam e lutam pelo aprimoramento da democracia nas instituições brasileiras.

Neste sentido, e cumprindo seu papel neste processo, o Poder Legislativo denuncia a conduta execrável do Governo do Estado e demais autoridades contra os trabalhadores da educação, que, ao lutar contra o desmonte da política previdenciária, foram criminalizados e expostos às mais diversas violências.

Vale ressaltar, ainda, que a violência física e extremada marcou o desfecho de uma conduta equivocada e antidemocrática praticada pelo Governador Beto Richa desde o início das mobilizações da categoria, em protesto contra o chamado pacote de maldades, constituído por projetos prejudiciais à carreira dos trabalhadores do ensino paranaense. Processo marcado pela falta de diálogo, em que imperou, com o autoritarismo próprio de governos tiranos, apenas a vontade e o interesse do gestor, que resultaram na onda de protestos e greve dos trabalhadores da educação.

Ali se instalava o cerne da primeira violência antidemocrática e simbólica: a falta de vínculo com os representados, à violência registrada no tratamento de silenciamento, de inexistência às vozes sociais e populares paranaenses. As intensas mobilizações levaram ao recuo das propostas e o compromisso do Governador Beto Richa em não apresentar proposta do Paranáprevidência sem antes dialogar com os trabalhadores.



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

No entanto, o Governo do Estado quebrou a promessa, e mais do que isso, apresentou o projeto em regime de urgência, no sentido de inviabilizar novas manifestações. Diante de nova mostra de desrespeito, os trabalhadores se insurgiram e, como resultado, ao invés de ouvir as reivindicações e exercitar o que de mais precioso e fundamental na democracia, o diálogo, o Governo do Estado fez uso de violência física, para tentar fazer valer, a base da força, e unilateralmente, seus interesses.

O resultado dessa trágica ação fez reviver nesta fronteira, terra que teve forte influência do regime ditatorial, os horrores dos anos de chumbo, quando trabalhadores eram massacrados, marginalizados e humilhados em resposta ao simples ato de questionar.

Neste sentido, este Poder Legislativo, na obrigação de zelar pela democracia, no interesse de representar os cidadãos e a memória desta Cidade, deste Estado e deste País, não poderia ficar indiferente e utiliza a presente **MOÇÃO DE REPÚDIO** como ferramenta para evitar que episódios como esse jamais aconteçam novamente.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2015.

Anice Nagib Gazzaoui
Vereadora

ANG/fb

Vitorassi
Vereador

Nilton Bobato
Vereador

Gessani da Silva
Vereador

Luiz Queiroga
Vereador